

*O Estado de São Paulo*  
*Segunda-feira, 9 de junho de 2003*

## Oportunidades da vida

### O LULA DA CUT É MAIS IMPORTANTE PARA O BRASIL DO QUE O LULA DE EVIAN

*MARCELO DE PAIVA ABREU*

Em sua recente visita a Genebra e redondezas, o presidente da República deu continuidade à sua história de sucesso na mídia mundial, embora suas intervenções sobre a fome e o protecionismo não tenham encontrado eco nas manifestações formais do G-8. Este insucesso não deve causar surpresa, embora as razões sejam essencialmente distintas nos dois casos. A proposta quanto ao fundo mundial para combate à fome financiado por taxação do comércio de armas combinava escasso refinamento analítico com muita falta de realismo quanto ao que efetivamente move o G-8. Já a outra manifestação presidencial, que repudiou o "olhar piedoso dos ricos", incitando-os a abrirem os seus mercados, foi altamente oportuna em uma conjuntura em que o avanço da Rodada de Doha está sob risco. Neste caso, a falta de reação nada tem a ver com a qualidade da proposta, mas sim com os notórios problemas de audição dos países ricos quando se trata de contrariar os interesses de seus grandes produtores agrícolas, mesmo que a agricultura seja uma parte ínfima de suas economias.

Depois de Evian-les-Bains, o presidente foi à Organização Internacional do Trabalho onde fez um bom e emocionado discurso, lembrando a sua atuação sindical. Ali enfatizou sua crença na necessidade de explorar todas as oportunidades oferecidas pela vida que, "de quando em quando ... passam à nossa frente". Talvez esta não seja uma descrição exata do que hoje ocorre no País, pois a oportunidade de mudança que se apresenta não foi mero cavalo selado passando à frente da coalizão vitoriosa nas eleições, mas está sendo laboriosamente construída, desde a posse, com uma radical mudança de curso que está envolvendo o abandono de muitos dogmas historicamente caros ao PT e seus aliados.

Esta grande oportunidade de construir um Brasil estável, com crescimento decente e maior justiça social pode perfeitamente ser perdida. Estabelecida a prioridade da volta ao crescimento com justiça social, qualquer análise minimamente racional trata de buscar as condições necessárias para que isto ocorra de forma sustentada. E à luz da experiência impõe-se o controle da inflação como condição necessária central. De outra forma a volta ao crescimento teria vida curta e a história terminaria com a usual combinação de inflação alta sem qualquer crescimento. Felizmente, esta avaliação, que é apenas realista, parece ter sido definitivamente incorporada à estratégia do governo. Mas as semanas recentes têm mostrado que está sendo sistematicamente minada por críticas até mesmo no bojo da coalizão governamental.

É importante o debate público de tema tão vital para os interesses do País, mas a sua utilidade requer doses mínimas de serenidade, realismo e seriedade. As críticas mais úteis seriam as que pudessem contribuir para refinar os procedimentos do Banco Central utilizados para decidir a política de juros. Infelizmente estas têm sido escassas, quase inexistentes. A maioria dos comentários recentes sobre a taxa de juros lembra, pelo primitivismo, as campanhas da década de 1950 contra a "carestia de vida".

Afinal quem é a favor da carestia ou da contração do nível de atividade advinda de altas taxas de juros reais? Seria bem mais útil concentrar a atuação política no combate às causas da manutenção das taxas de juros em níveis extremamente elevados. O clamor dos críticos, inclusive do subitamente loquaz vice-presidente da República, deveria ser redirecionado para a origem principal dos juros altos: o nível insustentável de gastos públicos. Embora seja fácil fazer demagogia com a cupidez de banqueiros, esta tem pouco a ver com a política monetária. Isto não quer dizer que o governo não deva concentrar esforços em reduzir os spreads bancários, embora o problema não seja de solução simples.

Um contingente não irrelevante de críticos da atual política de juros é composto de vozes que usam a pretensa defesa do interesse público para camuflar interesses específicos. Empresários que no passado se destacaram pelo acesso a maciços créditos públicos subsidiados denunciam com fervor os juros absurdamente altos de

hoje. Generalizando a crítica à reorientação da política econômica do atual governo, os que resistem à reforma do sistema previdenciário público juntam-se aos críticos da política monetária em um jogo de faz-de-conta que existe uma alternativa viável e menos dolorosa.

Em um país em que bispos e intelectuais têm opiniões veementes sobre a condução da política monetária parece quase desesperada a menção às virtudes da divisão do trabalho e aos defeitos de insistir-se em fúteis jogos de cena. Porque não deixar que os profissionais tomem em relativa paz as decisões sobre a política monetária? Apesar de bastante mala leche de críticos mais raivosos, as folhas de serviço dos que foram designados para a tarefa atestam a combinação de virtudes requeridas para que mereçam a delegação que receberam.

Neste quadro, cabem dúvidas quanto às prioridades estabelecidas para a agenda do presidente da República. A insistência na exploração do sucesso de Lula na mídia deixa desguarnecida a defesa do elemento central da estratégia de governo que agora está sob ataque. O papel de Lula parece hoje bem mais importante catequizando a CUT e funcionários públicos (inclusive os intelectuais) quanto às virtudes de seu projeto para o Brasil do que tentando instilar nobreza nos corações frios do G-8. A grande oportunidade a não ser desperdiçada é a de mudar o Brasil.

---

Marcelo de Paiva Abreu é professor em licença sabática do Departamento de Economia da PUC-Rio